

TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DOS ESTUDOS COMPARADOS NA GEOGRAFIA¹

TRANSFORMATIONS AND CONTINUITÉS OF
COMPARATIVE STUDIES ON GEOGRAPHY

TRANSFORMATIONS ET CONTINUITÉS D'ÉTUDES
COMPARÉES DANS LA GÉOGRAPHIE

Lindberg Nascimento Júnior² – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
Rio Claro – São Paulo – Brasil
juniohr@gmail.com

Resumo

A utilização da comparação nos estudos geográficos é antiga e foi admitida, no início, como método. Atualmente, ela vem sendo entendida como uma questão metodológica – relativa à escolha deliberada e realizada pelo pesquisador, e por isso, foi reduzida a um procedimento. Com o intuito de contribuir para esse debate, e ao mesmo tempo, oferecer elementos teóricos e metodológicos dos estudos comparados, este artigo discute como o processo de comparação foi submetido a mudanças de estrutura e organização na história da Geografia. Uma vez que as alterações estruturais estão relacionadas aos métodos, a organização se associa aos conceitos de região homogênea, diferenciação de áreas e produção do espaço. Apesar de parecerem fragmentados, sugere-se ser mais interessante conservar os conceitos em constante tensão dialética, ajustando-os às interações que travam entre si, enquanto momentos distintos da totalidade (universalização, particularização e singularização). Desta forma, é possível absorvê-los nos estudos comparados ora evidenciando diferenças ou similaridades, ora destacando generalizações e particularizações. Palavras-chave: Análise geográfica, estudos comparados, história da Geografia.

Abstract

The use of comparison in geographic studies is old, and it was admitted, at first, as a method. Currently it has been much more understood as a methodological question – relative to researcher's choice and done by the researcher, for this reason, reduced to a procedure. In order to contribute to this debate, and at the same time, to offer some theoretical and methodological elements of comparative studies, this article discusses how the process of comparison has been submitted to structure and organizational change in Geography History. The structural alterations are related to the methods and the organization changes are associated to the concepts of region, differentiation of areas and production of space. Although they seem fragmented, we suggest that is more interesting to keep the concepts in a constant dialectical tension, adjusting them to interactions, which stuck among them, whilst totalization distinct moments (universalization, particularization and singularization). In this way, it is possible to absorb into the compared studies which show, on one hand, differences or similarities and, on the other hand, generalization or particularization.

Keywords: Geographical analysis, comparative study, history of geography.

Résumé

La comparaison dans les études géographiques est ancienne, et il a été admis initialement comme une méthode. Aujourd'hui, la comparaison est une question de méthode et réduit à une procédure approuvée par le choix délibéré des chercheurs. Afin d'offrir des éléments théoriques et méthodologiques des études comparatives, cette article présente la façon de la comparaison dans la géographie a changé historiquement

de structure et d'organisation. Les changements structurels sont liés aux méthodes, et l'organisation est associée à les concepts de région homogène, différenciation des zones, et production d'espace. Bien que semblent fragmentés, nous suggérons que le plus intéressant c'est garder la tension dialectique constante, avec la réglage des interactions que disputent entre eux en tant que moments distincts de la totalité (universalisation, particularisation et singularisation). De cette façon, il est possible d'absorber dans les études comparés, ou des différences et similitudes, ou des generalization et particularization.

Mots-clés: analyse géographique; étude comparative; histoire de la géographie.

Introdução

O emprego da comparação nos estudos geográficos é antigo. E a referência temporal que explica esse contexto pode ser associada à Grécia Antiga, quando Heródoto (484-425 a.C.), considerado o pai da História e da Geografia, inseriu a história dos povos no contexto geográfico ao comparar os mais diferentes e distantes lugares, e assim, indicou a gênese da Geografia Regional.

Mais recentemente, a comparação foi admitida enquanto *método* e incorporada em grande parte das ciências naturais e sociais em sua época de institucionalização. Isso acontece no contexto da modernidade, a partir do século XIX, período em que a sociedade ocidental – alicerçada na fé e na tradição – passa para uma sociedade regida pela racionalidade.

Atualmente, a comparação tem sido debatida a partir de uma fundamentação teórico-filosófica da construção do objeto (Lakatos; Marconi, 2010). Desse modo, ela é evidenciada muito mais como uma *questão de método* (Santos, 1991), o que a reduz a um *procedimento metodológico*.

Enquanto questão de método, a comparação é enquadrada em uma série de implicações situadas no plano epistemológico, que promove tanto o debate da fundamentação do conhecimento científico quanto da sua construção (Schneider; Schmitt, 1998).

Obediente às opções teóricas e metodológicas estabelecidas previamente pelo pesquisador, os estudos comparados são orientados para o encontro de similaridades ou de diferenças (atributos intrínsecos no estudo comparado), ou para a busca de generalizações (abrangentes, mas sempre precisas) e particularizações (explicativas e sempre contextualizadas).

Segundo Brandão (2012), a comparação tem auxiliado a Geografia a definir os elementos supracitados em três perspectivas: a) da similaridade – baseada na análise das semelhanças; b) da diferença – com interesse nas particularidades; e c) no encontro de similaridade e diferença – estudos que apontam elementos que sobressaem diferenças e/ou semelhanças.

Nesse contexto, a comparação na geografia difere-se da comparação experimental – realizada em laboratório e habitualmente desenvolvida pela Química, Biologia, Agronomia, etc –, e não se trata de uma técnica de levantamento de dados empíricos – como em um trabalho de campo ou estudo do meio (Brandão, 2012).

De outro modo, o exercício comparativo tem oferecido maneiras de estabelecer regularidades e irregularidades, encontrar deslocamentos, observar transformações, articular modelos analíticos e tipologias conceituais, identificar continuidades e descontinuidades, ou analogias, buscar contrastes ou distinções, etc.

Segundo o método escolhido, esses processos explicitam como as determinações (não deterministas), sejam elas gerais ou específicas, podem explicar (ou não) os fenômenos e/ou os objetos de interesse.

Isso quer dizer que do indutivo ao dedutivo, do hipotético ao dialético, o método é o elemento que define os meios e as formas de encontrar similaridades ou diferenças, generalizações ou particularizações. Algo que é relativo e depende do interesse do pesquisador.

Com o intuito de contribuir para tal debate, este artigo oferece uma descrição dos elementos teóricos e metodológicos principais que organizam os estudos comparados em Geografia. Para tanto, priorizou-se por uma descrição organizada a partir da história, considerando mudanças na estrutura e na organização do processo de comparação.

Ademais, recorreu-se às contribuições de Schneider e Schmitt (1998), que ofereceram uma discussão semelhante, ao caracterizar a comparação na história da Sociologia. Para esses autores, os estudos comparados são enquadrados em abordagens teórico-metodológicas, que diferem segundo as contribuições de Augusto Comte (1798-1857), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920).

A comparação na Geografia Clássica – gradualismo para homogeneização

Uma das primeiras estruturas da comparação nas ciências foi proposta por Comte. Segundo Schneider e Schmitt (1998), Comte impôs-se a tarefa de fundar uma ciência social positivista, que desfrutaria de prestígio e rigor semelhantes às demais ciências (principalmente as experimentais).

Nesse período, a comparação era um método, e na perspectiva comteana, baseava-se no princípio da *filiação gradual* ou *gradualismo*. Nessa abordagem, o processo se fundamenta na organização de casos

análogos, por meio dos quais o fenômeno é gradualmente simplificado por escalonamento e/ou por hierarquização, o que auxilia na identificação dos contrastes entre as partes constitutivas de uma sociedade e estabelece diferenças simples entre sociedade-sociedade (Schneider; Schmitt, 1998).

Na Geografia, o gradualismo foi, inicialmente, incorporado por Alexander von Humboldt (1769-1859), pelo interesse das *Comparações Universais*, e por Karl Ritter (1779-1859), na *Geografia Comparada*. A ideia era de compreender como se davam as relações de uma determinada região com outras (Moraes, 1994).

Segundo Claval (2010), Humboldt lançou mão da comparação para descrição das formações vegetais de diversos continentes e as semelhanças entre as culturas dos povos, e suas investigações foram feitas em diferentes recortes escalares (mundial, continental ou regional). A comparação em Ritter destacava-se pelo caráter disciplinar de outras ciências, como, por exemplo, anatomia comparada. Essa característica se apresentava em três grandes possibilidades de estudos comparados: a) das formas sólidas ou dos continentes; b) das formas fluidas ou dos elementos; e c) dos corpos dos três reinos da natureza (mineral, vegetal e animal).

As comparações universais e a Geografia Comparada ofereciam a sistematização simples das paisagens com outras paisagens da Terra, a primeira era mais concentrada no âmbito geral, e a segunda, mais focada no particular e no regional (Claval, 2010; Lencioni, 2003).

O procedimento se dava pelo movimento entre os casos mais particulares (uma parte do todo orgânico – ou o regional) para os gerais (o todo orgânico – a Terra), estabelecendo leis gerais e comparações entre as partes da Terra (Claval, 2010; Lencioni, 2003).

Posteriormente, Friedrich Ratzel (1844-1904) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918) utilizaram a mesmas concepções ao elaborar a síntese geográfica. Essa, por sua vez, dava-se pela organização da uniformidade e da combinação dos elementos, e da delimitação da unidade e da individualidade dos elementos naturais associados à presença do homem (Brandão, 2012; Moraes, 1994).

Já as bases comparativas ratzelianas realizavam-se pelo dimensionamento de um determinado fragmento da superfície terrestre por meio do escalonamento de sua diversidade em características uniformes (Corrêa, 1986).

A comparação, em La Blache, era calcada na individualidade, e oferecia a explicação e a compreensão lógica e interna de cada parte da

superfície terrestre, proporcionando a organização de cada fragmento de espaço. Primeiro, em sua individualidade (a ordem particular), depois, em sua irrepetibilidade (ordem singular), e em seguida, em sua diferenciação – dada pela diversidade dos lugares, em sua organização regional (ordem geral) (Corrêa, 1986).

Ao se preocupar mais com a aparência, isto é, com o que poderia ser submetido à análise descritiva, com a definição das ordens e das hierarquias – aparentemente absolutas e puras –, pode-se dizer que os geógrafos clássicos se interessavam pela contraposição das individualidades em razão da diversidade dos lugares e das paisagens.

Nesse processo, nas Ciências Sociais, o gradualismo auxiliou nos conceitos de sociedades (primitiva, antiga, moderna, etc.). Ao passo que na Geografia, ele fundamentou o conceito de *região homogênea* (natural e geográfica), e apresentava à comunidade conceitos práticos, com validade científica e aceitação social.

O método comparativo se efetivava pela *classificação*, tendo por base as semelhanças. Ele determinava a *homogeneidade* da superfície terrestre como generalização, ao mesmo tempo que representava a diferença, enquanto particularização (Moreira, 1999). Uma exemplificação ilustrativa do processo está representada na Figura 1, na qual se apresentam diferentes níveis de abrangência que podem promover a generalização e o detalhamento como medida de particularização.

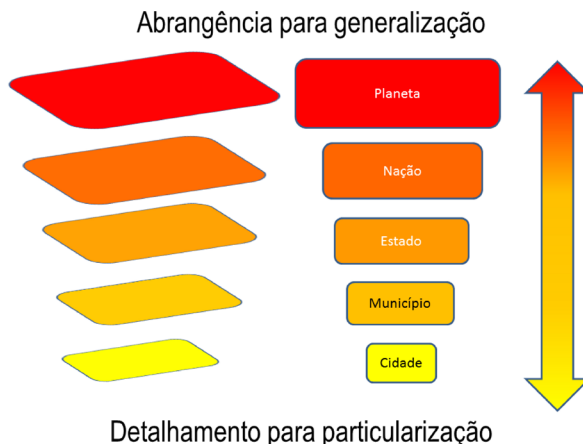


Figura 1 - Esquema de comparação para homogeneidade

A comparação fundamentava-se na homogeneidade – um atributo lógico que cria a coesão do objeto estudado e se define a partir de um critério unificador explícito (clima, por exemplo). Este último possibilita estabelecer correspondências e analogias, que, organizadas, evidenciam padrões homogêneos (diferentes regiões climáticas).

Como resultado de classificações (processo do método) e estruturado pela semelhança (categoria do método), o conceito de região homogênea favoreceu à análise geográfica o encontro de classes e padrões, consolidando a Geografia Sistemática – que prioriza a organização dos elementos constituintes de determinada região –, e o método regional, obtido a partir do estudo das diferenciações das áreas (Hartshorne, 1978; Moreira, 1999; Moraes, 1994; Claval, 2010).

De todo modo, o padrão homogêneo é um processo simplificador, que demonstra como determinado processo ou fenômeno corresponde ou coincide com outros padrões homogêneos (Whittlesey, 1960).

Nesse sentido, homogeneidade não se refere a processos e fenômenos que se apresentam com a mesma significação e configuração. Trata-se de uma operação cognitiva de sistematização, que combina o que é homogêneo, separando o heterogêneo. O processo é conhecido, e se resume na lógica formal da combinação entre ausência e presença da semelhança, separando a diferença a partir de casos análogos.³

O resultado é a *fragmentação da unidade*, transfigurada em semelhança (homogêneo) e diferença (heterogêneo) (Moraes, 1994), que desenvolvida a partir da classificação, gerava, ao mesmo tempo, a homogeneidade, reproduzindo-se como heterogeneidade (Lencioni, 2003).

De base indutiva (pensamento) e positivista (método), o processo se dava no movimento do particular ao geral, do específico para o generalizado com foco nas generalizações, efetivando o gradualismo no estudo comparado das regiões, dos lugares, das sociedades e de suas diferentes épocas de formação e momentos históricos de transformação.

A esse exemplo, Monbeig (1945) escreveu que a comparação servia para auxiliar e complementar os estudos regionais, e que a Geografia se efetivaria metodologicamente por três pilares: 1º) a Geografia localiza; 2º) a Geografia descreve; e 3º) a Geografia compara.

Para Monbeig (1945), essas premissas permitiam assinalar que existem casos análogos, mas nunca casos perfeitamente idênticos, uma vez que, imediatamente, apareceria a ideia da *multiplicidade de causas e efeitos*, já detectados por Ratzel e La Blache.

Mas, se o conceito de região homogênea na abordagem clássica apresentava esse problema, a resolução pareceria ser absorvida pelos novos processos de comparação introduzidos na Nova Geografia após a década de 1960.

A comparação na Nova Geografia – determinações causais para heterogeneização

Mesmo mudando de qualidade, os pressupostos da comparação não mudam tanto na Nova Geografia por três fatores a serem esclarecidos. Primeiramente, porque a comparação ainda é pensada como um método. Segundo, pois ao se tratar de uma mesma temática, as abordagens se distinguem na ideia de interação ou integração entre/dos elementos – muito relevante sob os novos paradigmas da Geografia. Essa característica, inclusive, permitiu que as comparações tivessem não só um caráter descritivo e hierárquico, mas também *genérico e genético* (Moraes, 1994).

A terceira razão é que de base hipotético-dedutiva (pensamento) e neopositivista (método), a Nova Geografia priorizava as generalizações como um fundamento de teorização, e, por isso introduzia, além da formulação de leis gerais, os testes de hipóteses como avaliação para falseamento ou comprovação. Richard Hartshorne (1978), leitor de Karl Ritter (1779-1859) e seguidor Alfred Hettner (1859-1941)⁴, foi o principal autor que contribuiu para esse momento.

Mais preocupado com as relações e interações entre sociedade e natureza, Hartshorne (1978) afirmava que a Geografia deveria focar na *integração* de diversos fenômenos, e em virtude de sua existência, esses determinariam o caráter mais variável das áreas. Seria no conjunto dos elementos da superfície terrestre, ou melhor, na interação espacial (relações entre água, ar, solo, plantas, animais, homens) que a *variação* se processava, ou como diferenciação, ou como *heterogeneidade* (Hartshorne, 1978).

De modo mútuo e interno, ou em conexão com outras áreas, ou fenômenos, a variação efetivava a unidade e individualidade das manifestações espaciais dos processos geográficos, não mais como homogeneidade, mas como heterogeneidade. Nessa perspectiva, incorporava-se na análise e na síntese de integrações compostas de fenômenos inter-relacionados o mais alto grau de heterogeneidade (Hartshorne, 1978).

Essa noção é fundamentada pelo conceito de *determinação causal*, proposta por Durkheim nas Ciências Sociais. O estudioso entendia que o

fenômeno (ou processo social) seria determinado pela complexidade de objetos em seu estado bruto, causal, isso possibilita o estabelecimento de relações e generalizações (Schneider; Schmitt, 1998).

Nas Ciências Sociais, a determinação causal auxiliava na explicação de que as causas sociais são, mais ou menos, permanentes e imutáveis, e inerentes aos fatos sociais. A análise comparada, nessa lógica, era um caminho que avaliava as variações concomitantes ou paralelas de pelo menos uma variável (elemento unificador), julgando sua permanência ou não (Schneider; Schmitt, 1998).

Na Geografia, o exercício equivalente refere-se ao conceito de diferenciação de áreas, que na proposta hatshorniana efetiva-se pela *Geografia Idiográfica* (prioridade pela singularidade e particularidade das áreas) e pela *Geografia Nomotética* (mais generalista e abrangente). Para Hartshorne (1978), a análise e a integração no estudo comparado partiam tanto dos diversos fenômenos, que constituem as áreas, quanto das distintas áreas em diversos lugares.

A diferenciação, associada à variação das relações e das conexões dos fenômenos como movimentos e funções diferentes, daria o caráter da heterogeneidade, e a partir desse aspecto, a comparação se daria pela (*co*) *existência* de fenômenos diferentes em uma mesma área (Hartshorne, 1978).

O exercício não para por aí. A *concomitância de critérios*, unificadores ou não, seriam a prova e a chave de explicação e existência dos fenômenos e das causas. A concomitância possibilitava a mensuração e determinação, se uma poderia produzir o mesmo efeito em dois ou mais fenômenos sociais, tal condição aferia se suas funções também seriam semelhantes ou não (Schneider; Schmitt, 1998).

Hartshorne (1978) conjuga essa noção por meio da natureza particular dos fenômenos que determinam as relações. Uma vez ocorrido determinado fenômeno entre humanos e não humanos, outros fenômenos concomitantes poderiam ser verificados entre animados e inanimados, visíveis e invisíveis, materiais e imateriais⁵.

A partir do agrupamento de fenômenos e da identificação das inter-relações em integrações parciais de uma área é que se permitiria o avanço na compreensão e integração total da área (Hartshorne, 1978). Por isso, preocupa-se com a especialização por tópicos nos domínios da Geografia. Tal procedimento poderia fornecer associações de fenômenos heterogêneos que, mais comum e habitualmente, apresentam relações uns com os outros.

Nessa perspectiva, todos os estudos em Geografia deveriam analisar as variações espaciais e as conexões de fenômenos em integração e em gradação contínua, que vão desde os domínios do espaço mundial até os limites de áreas reduzidas (Hartshorne, 1978), a começar pelo estudo da natureza (elementos naturais) e suas particularidades.

Diferentemente da comparação para homogeneidade (partir do geral para o particular ou do particular para o geral com foco na generalização), a heterogeneização prioriza o movimento de identificação de processos e fenômenos que constituíam a área, como particular ou geral, mas enquanto diferenciação de áreas.

Nessa ótica, os fenômenos não seriam estudados em si, e nem em suas estruturas observadas separadamente. Mas sim, a partir de suas manifestações espaciais, inter-relacionadas umas às outras, em integrações inicialmente simples e posteriormente complexas, visando alcançar a integração total dos fenômenos, que constituem o caráter variado do planeta (Hartshorne, 1978).

Das formas de representação desse modelo de comparação, a sobreposição de informações (cartográficas, por exemplo, ilustradas pelos retângulos) é, sem dúvida, uma das mais didáticas. Mesmo que sejam observados em áreas distintas, a comparação estabelece-se por processos semelhantes (clima – primeiro retângulo da parte superior) ou diferentes (relevo, hidrografia, vegetação, uso do solo etc. – demais retângulos), tanto a partir do caráter unificador ou por processo concomitante (ou clima ou a área de estudo) (Figura 2).

Em síntese, o critério unificador favorece a generalização, e ao mesmo tempo, possibilita a representação da variação, expressando-se como particularidade obtida pela combinação dos processos, sejam estes diferentes ou semelhantes em diferentes áreas. A conjugação e combinação de múltiplos fatores e componentes oferecem à abordagem geográfica comparada o maior número (ilimitado) de maneiras de relações significantes entre fenômenos.



Figura 2 - Esquema da comparação para heterogeneização na Geografia

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Assim, a comparação para heterogeneização era efetivada não a partir da semelhança (como na Geografia Clássica), sua base era a diferença, que segundo Hartshorne (1978), é o caráter que integra as variações de lugar a lugar.

Nesta perspectiva, a diferença não é oposta à homogeneidade ou à semelhança. Diferença não é contraste. Diferença é variação, um princípio que conduz ao processo de diferenciação, e submetê-la à comparação é expor em qualidade a existência da identidade⁶ (Moreira, 1999).

Como pode ser observado na Nova Geografia, a comparação mudou de organização, mas não mudou de estrutura. Na verdade, a busca pela heterogeneidade auxiliou ainda mais na fragmentação da Geografia, acompanhada de uma quase absoluta redução à Geografia Física (Moreira, 1999), aprofundando ainda mais os aspectos ideológicos de seus conteúdos.

O problema ainda foi agravado pela eclosão da Segunda Grande Guerra e o despreparo dos geógrafos para entender e explicar uma conjuntura fortemente impregnada de história humana. Algo que traria aos estudos comparados, a partir da década de 1970, a base histórica e dialética da Geografia Crítica.

A comparação na Geografia Crítica – totalização para diferenciação

Na abordagem da Geografia Clássica e da Nova Geografia, a comparação era método e se fazia “[...] apenas entre as manifestações objetivas de uma multiplicidade de interações de natureza múltipla” (Santos, 1991, p. 15).

Na Geografia Crítica, a comparação recebe uma virada epistemológica e se reduz a uma *questão de método*, posto que uma série de mudanças são incluídas tanto em sua forma, como em seu conteúdo, que impacta diretamente na estrutura e organização dos estudos comparados.

Nas Ciências Sociais, essa virada foi obtida pelas contribuições de Weber. O teórico considerou a comparação como um elemento racional, um exercício que se dava como uma construção intelectual, um momento, um lugar, no qual o sujeito cognoscente (pesquisador, estudioso) analisa a realidade conforme as relações de um ponto de vista, e do ponto de vista que lhe é possível (Schneider; Schmitt, 1998).

Para tanto, Weber assumia como princípios a diversidade e a singularidade, e pelo conceito de *tipo ideal* constituía fenômenos empiricamente observáveis, passíveis de serem relacionados a processos sociais concretos (confronto entre conceito e realidade) e conectados tanto do sentido geral ao particular quanto do hipotético (ideal) ao real (vivido) (Schneider; Schmitt, 1998).

Nessa lógica, a comparação é uma estratégia de busca não só do que é paralelo ou concomitante, ou do que é existente ou coexistente entre variáveis ou séries de variáveis, mas do que são os fatos causais e seus efeitos (Schneider; Schmitt, 1998).

Apesar de Weber não excluir processos de generalização, formulação de hipóteses, etc., é crucial distingui-los, uma vez que, para Weber, a sociedade não poderia ser compreendida como um sistema natural, orgânico, biológico, mas como uma totalidade, pois “[...] as conexões existentes entre as constelações singulares de fenômenos não podem ser deduzidas com base em leis e fatores de caráter universal” (Schneider; Schmitt, 1998, p. 23), diferente de Comte e Durkeim.

Neste âmbito, é possível inferir que a Geografia tem realizado esse processo incorporando ao viés histórico a perspectiva dialética, utilizando para isso o conceito de produção do espaço geográfico enquanto totalidade.

A totalidade não tem associação com gradualismo e nem com integração e combinação de elementos. Pelo contrário, ela se evidencia

na contradição constante entre a totalização (movimento) e totalidade (momento do movimento). Desse modo, como processo de compreensão da totalização (Lefebvre, 1975), há uma destotalização da totalidade, na mesma medida em que a retotaliza.

Mediante a totalidade, a comparação é organizada em três momentos: I) definindo o que é singular (realização singular/irrepetível de negação do universal); II) definindo o que é particular (extenso a similaridades e distinções determinadas pelo conceito); e III) definindo o que é universal (abrangência fundamental e concreta que visa a totalidade). Os três momentos evidenciam processos concretos, e sempre restituem o todo no movimento contraditório entre a totalidade e a totalidade nas e das partes (Lefebvre, 1975).

O exercício acontece selecionando uma unidade X, na qual um fenômeno A está presente em B. Em seguida, confronta-se X com outras unidades (diferentes – Y e Z, ou similares de – X, X', X'') em que A também esteja presente (Schneider; Schmitt, 1998, p. 29). Por meio desse processo, investiga-se o possível conjunto de causas e efeitos, definindo o que é universal, particular, singular. Considera-se este último enquanto contradição do universal.

Como a contradição é realizada no interior do processo histórico e dentro do movimento dialético, a identificação de suas feições apresenta tanto a interpenetração dos contrários quanto negação da negação, efetivando-se em diferenciação, e é fundamento da abordagem crítica e comparativa.

A diferenciação é um processo e pode ser tanto estabelecida enquanto abrangente e geral quanto específica, particular e singular, pois depende dos critérios adotados para definir cada momento da totalização.

O exercício é conhecido e tem sido realizado sempre, uma vez que compreende o desenvolvimento dos processos socioespaciais na história (como uma espiral dialética ou apresentação de rupturas e transformações no tempo) ou pela definição de pares dialéticos – que pressupõe a articulação de universos com naturezas distintas, mas indissociáveis. A Figura 3 apresenta um esquema para essa compreensão.

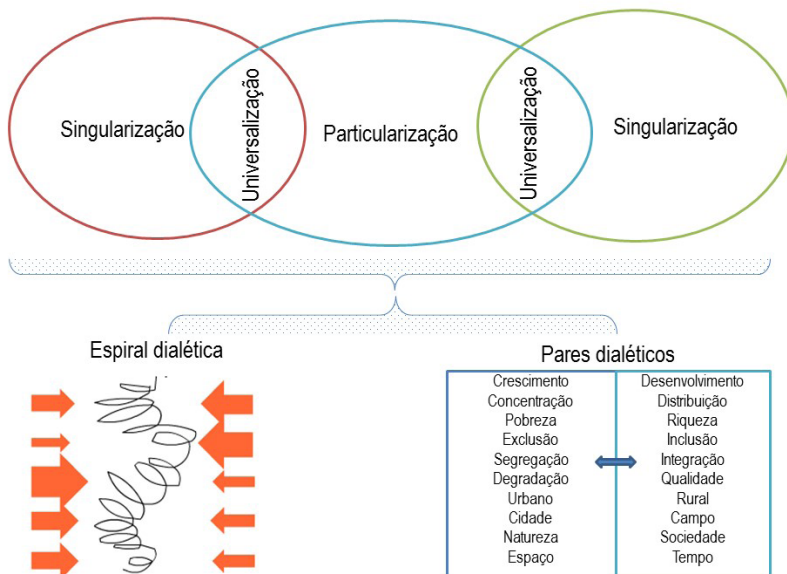


Figura 3 - Esquemas de comparação por totalidade

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Nesse jogo, a diferenciação ocorre porque as regularidades de processos socioespaciais não são um fim em si mesmas. Elas se apresentam somente como uma etapa no desenvolvimento da história, que explica como processos mais universais atuam sob situações e condições socioespaciais específicas.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de estudos comparados vai além da explicação da uniformidade das áreas e da coesão dos processos espaciais, mas os compreendem como sistemas de objetos e sistemas de ação, vistos em um quadro único no qual a história se dá (Santos, 2002), e em geral, eles podem ser abreviados em pelo menos três conceitos mais específicos: Formação Socioespacial, Articulação espaço-tempo e Diferenciação Socioespacial.

O conceito de formação socioespacial oferece aos estudos comparados a inclusão de processos socioespaciais observados em escala nacional e regional, e buscam fornecer, em profundidade, uma análise

não linear da diferenciação, dotando a economia e a sociedade de forma, conteúdo e forma-conteúdo (Santos, 1982).

Estes estudos incorporam a dimensão espacial articulando acontecimentos que se revelam por meio de sincronias, diacronias, continuidades e descontinuidades socioespaciais em suas gêneses históricas, ou seja, em associação de eventos do passado ao presente (Santos, 1982).

O segundo modelo de comparação por totalidade se dá pela articulação espaço-tempo. Nesse caso, o processo é realizado a partir da coexistência de vários modos de produção que se desenvolvem em diferentes espatemporais, os quais oferecem por si só constantes confrontos dialéticos (Massey, 2008).

Para Massey (2008), espaço e tempo são indissociáveis e distintos. E a interpretação dos dois conceitos só pode ser atribuída com a reformulação de que ambos estão em uma constituição conjuntiva, na medida em que o tempo revela a mudança (variação), e o espaço a interação (influência mútua, conectividade).

Por ser mais complexo que o tempo, o espaço se expressa não só pela dimensão social da sociabilidade humana (cujo envolvimento se dá dentro de uma multiplicidade de fatores), mas também, como uma esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as formas de diferença, diversidade, subordinação e interesses conflitantes (Massey, 2008).

Nessa condição, opõem-se não só as mesmas sociedades em diferentes estágios (espaço-tempo) de desenvolvimento, mas também as diferentes sociedades, confrontando-as umas com as outras ao mesmo tempo, de forma múltipla, dinâmica e simultânea (Massey, 2008).

Além da perspectiva da Profa. Doreen Massey, a comparação por articulação espaço-tempo também tem sido realizada pela teoria dos períodos e meios técnicos do Prof. Milton Santos. Nesse caso, a comparação se define a partir de sistemas técnicos que definem o espaço-tempo e formas-conteúdo preexistentes e existentes, distinguindo os níveis de diferenciação segundo a intensidade da territorialização e da idade do lugar (Santos, 2002).

São três maneiras de realizar o exercício: a) a partir da contextualização de diferentes eventos/períodos articulados a um determinado local, ou seja, o espaço é o parâmetro fixo que evidencia mudanças espaço-temporais, na medida em que é articulado às variações

do tempo (diferentes eventos ou períodos); b) por meio da comparação de vários locais (dois ou mais), sob um determinado evento/período, nesse caso, fixando-se o tempo e variando-se o espaço; e c) da comparação de vários locais, diversos períodos e determinados eventos, com o intuito de comparar os espaços, destacando as especificidades dos eventos nos períodos.

O terceiro modelo de comparação para diferenciação foi descrito por Brandão (2012). Esse autor entende que os estudos comparados convergem em aspectos conceituais da produção do espaço (formação socioespacial e da articulação espaço tempo), embora se evidencie outra qualidade dialética.

Nesse caso, é a “[...] tensão entre uma ordem global, homogeneizante, verticalmente constituída e, portanto, tendente a produzir semelhança, uniformidade, e uma ordem local, marcada pela heterogeneidade, pelas horizontalidades, o que, por sua vez, tende a fomentar diferença e diversidade” (Brandão, 2012, p. 181).

A abordagem é desenvolvida pelo uso do conceito de diferenciação socioespacial, que articulado ao processo de globalização, constitui a comparação a partir da identificação da seletividade espacial, das horizontalidades e das verticalidades estabelecidas pelo MTCI (Santos, 1991; 1994; 2002).

Nessa perspectiva de comparação não se insere a hierarquia dos processos geográficos, mas sim, a heterarquia. Este conceito, discutido por Catelan (2013), trata da ideia de que as horizontalidades e as verticalidades fazem com que as funções e os papéis dos espaços (urbanos) sejam reconhecidos tanto na consolidação de uma rede regional quanto pela interação nas escalas nacional e global, independente das hierarquias tradicionalmente admitidas.

Dessa maneira, a comparação estrutura-se a partir do entendimento da produção do espaço pela ordem global como a responsável por impor a todos os lugares uma racionalidade única (universal). Contudo, cabe ressaltar que essa imposição não ocorre sem conflitos, uma vez que as singularidades culturais e a particularidade dos lugares oferecem contraposições aos desígnios forjados pelos agentes hegemônicos. O resultado é a adaptação da racionalidade à realidade espacial com outras formas-conteúdo (Brandão, 2012).

Considerações finais: contribuições para fins de investigação e continuidade do debate

Com base na descrição realizada, é possível afirmar que os estudos comparados na Geografia apresentam, historicamente, transformações em sua estrutura e organização.

Inicialmente associado à Geografia Clássica, o fundamento dos estudos comparados estava orientado para definição de semelhanças, e ofereceu subsídios para análises das diferenças com base nas analogias, nas hierarquizações e no escalonamento. A comparação era realizada por filiação gradual e assumia a região homogênea como conceito explicativo.

Em seguida, a comparação foi admitida a partir de determinações causais, sendo utilizada na Nova Geografia a partir do conceito de diferenciação de áreas. O interesse dos estudos nessa perspectiva seria para o encontro da heterogeneidade enquanto atributo da diferença ou da variação. É a partir da concomitância/simultaneidade de processos e de fenômenos que a heterogeneidade configurava a diferença dos lugares e entre os lugares.

Mais recentemente, os estudos comparados absorvem a perspectiva crítica, incorporam a abordagem histórico-dialética, assumem a produção do espaço geográfico enquanto totalidade, e a diferença como a contradição da universalização. Nessa abordagem, os estudos comparados podem ser subdivididos por três modelos associados a três conceitos: formação socioespacial, articulação espaço-tempo e diferenciação socioespacial.

Independente da estrutura, organização e modelo, a comparação passa necessariamente pela definição de, pelo menos, um critério unificador de estudo. É a partir dessa categoria que é possível estabelecer as similaridades (homogeneidade), as diferenças (heterogeneidade) e as contradições (diferenciação). Apesar da aparência fragmentada que os conceitos possam sugerir, é mais interessante conservá-los em constante tensão dialética, ajustando-os segundo as interações que travam entre si, como momentos do processo de totalização. Ou seja, região, diferenciação de áreas e produção do espaço, enquanto espaço geográfico.

Por isso, considera-se, em primeiro lugar, que ao julgar o gradualismo (escalonamento e hierarquias) enquanto o primeiro processo de comparação, esse se apresenta com menor grau de complexidade em relação à determinação causal (combinação e interação), e este por sua vez, menor do que a totalidade (contradição e heterarquias). Ademais,

assume-se que também existe essa proporcionalidade em relação ao conceito de região homogênea (dimensão absoluta e enfoque zonal), que é tanto menos complexo do que o de diferenciação de áreas (dimensão relativa e enfoque local), este, por sua vez, apresenta menor complexidade do que produção do espaço (dimensão relacional e enfoque na rede e no lugar). A organização deste exercício é apresentada na Tabela 1.

Processo	Gradualismo	Determinação causal	Totalidade
Organização metodológica	Homogeneização	Heterogeneização	Diferenciação
Organização teórica	Hierarquização	Varição	Heterarquização
Referência	Região	Diferenciação de áreas	Produção do espaço
Dimensão	Geral ou absoluta	Específica ou relativa	Irrepetível ou relacional
Enfoque espacial	Zonal	Local	Rede/ lugar
Movimento da totalidade	Universalização	Particularização	Singularização

Tabela 1 - Articulação tripartite da análise geográfica-comparativa

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Diante dessa perspectiva, é possível elaborar uma proposta de encaminhamento tripartite que auxilie o desenvolvimento de estudos comparados na Geografia, combinando processos comparativos em uma ordem prática e explicativa, para tanto, deve obedecer: a) a universalização: prioriza as generalizações, analogias, similaridades e conclusões mais abrangentes que fazem com que os processos geográficos possam ser vistos em um quadro único ou como critério unificador; b) a particularização: com foco na identificação dos elementos de diferenciação, contrastes, oposições e destacando em que níveis os processos geográficos ocorrem e são distintos; e c) a singularização: fundamento que dota o caráter

irrepetível de cada processo geográfico que os torna únicos, ímpares e que, principalmente, nega e contradiz os processos universais (Tabela 1).

Vale considerar que a articulação tripartite é um pressuposto. Dessa maneira, ela prevê que determinados processos socioespaciais tendem a se repetir e se manifestar da mesma maneira (ou não), e ocorrem segundo uma coesão interpretativa ímpar e uma estrutura singular do tecido socioespacial.

Nesse sentido, a busca e o entendimento, seja pelas diferenças (como variação ou singularização) ou pelas similaridades (generalização dos padrões universais), devem ser sempre submetidos às opções teórico-metodológicas do pesquisador. Somente sob esse aspecto é que o estudo comparado pode oferecer um caráter analítico e um conteúdo robusto, que possa inclusive problematizar e consolidar conceitos e teorias clássicas e contemporâneas.

Notas

1 O artigo representa discussão desenvolvida na pesquisa “Riscos climáticos e vulnerabilidade em áreas urbanas de países tropicais sob a perspectiva da geografia do clima: Análise comparativa entre Santos (Brasil), Maputo (Moçambique) e Brisbane (Austrália)”, submetida ao curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, orientada pelo Prof. João Lima Sant’Anna Neto, e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

2 Parte de pesquisa de doutorado, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2014-2017. O autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo apoio financeiro. Ao Grupo de Pesquisa GAIA – Interações na superfície, água e atmosfera da UNESP/Presidente Prudente pela infraestrutura e ambiente agradável e amigável. Ao Prof. João Lima Sant’Anna Neto pelo apoio e incentivo. À geógrafa Nubia Beray Armond pelas contribuições e leitura. E à letrista Tatiane Portela Vinhal pela revisão ortográfica.

3 Por exemplo, submete-se à comparação situações semelhantes (vários frutos da mesma espécie – laranjas) e/ou distintas (frutos de diferentes espécies – laranjas x maçãs). No primeiro caso, o critério unificador é o fruto em estudo – a laranja –, e no segundo, o critério unificador é a relação entre os frutos, ou seja, a semelhança e a diferença entre a laranja e a maçã.

4 Afirmava que o objetivo da Geografia é o da diferenciação de áreas, distinguindo-se epistemologicamente das bases tradicionais francesas e alemãs que priorizavam pelas relações entre homem e meio, sociedade e natureza. Para Hettner, pela diferenciação de áreas, a Geografia poderia avaliar as características gerais e específicas, a fim de entender o espaço segundo sua singularidade (Moreira, 2009).

5 Ao utilizar o exemplo da maçã e da laranja, a comparação por determinação causal é elaborada submetendo os dois frutos (ou cada um em si, separadamente) a critérios unificadores não em si, mas pelos processos sob os quais esses critérios foram produzidos ou formulados. Ou seja, interessa na comparação extrair como os níveis fisiológicos, as necessidades de luz (fotoperíodo) e a especiação (evolução biológica) acontecem e condicionam o conjunto de fatores que permitem determinar que maçã seja maçã, laranja seja laranja, e ambos sejam frutos.

6 Sobre este debate ler Moreira (1999).

Referências

BRANDÃO, P. B. Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. *GeoTextos*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 167-185, jul. 2012.

CATELAN, M. J. *Heterarquia urbana: interações espaciais interescales e cidades médias*. São Paulo: UNESP, 2013. (Coleção PROPG Digital).

CLAVAL, P. *Terra dos homens: a geografia*. São Paulo: Contexto, 2010.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1978.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2002.

LA BLACHE, P. V. *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Tallandier, 1979.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal/ lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONBEIG, P. A Geografia no ensino secundário. *Boletim Geográfico*, v. 3, n. 26, 1945.

MORAES, A. C. R. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOREIRA, R. A diferença e a Geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-58, 1999.

_____. Alfred Hettner (1859-1941). *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 141-142, 2009.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 9-27.

SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, M. *A Natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

WHITTLESEY, D. O conceito regional e o método regional. *Boletim Geográfico IBGE*, Rio de Janeiro, n. 154, p. 5-36, jan./jun. 1960.

Lindberg Nascimento Júnior – Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2011) e mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2013). Atualmente é professor substituto do Instituto Federal de Santa Catarina e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Recebido para publicação em 23 de abril de 2017

Aceito para publicação em 01 de junho de 2017